



PRESENÇA DE INDÍGENAS NO MUNICÍPIO DE VIRGÍNIA - UM RESGATE DA HISTÓRIA INDÍGENA SUL-MINEIRA

Gustavo Uchôas Guimarães*

RESUMO

O sul de Minas Gerais foi explorado por colonizadores (vindos de Portugal ou já nascidos no Brasil) a partir do século XVI, mas foi no século XVII que se inicia o povoamento por brancos através da criação de vilas e povoados, o que entrou em choque com o elemento indígena presente no lugar. Vários povos dividiam o espaço sul-mineiro (Puris, Cataguás, Abatinguaras, entre outros) e foram perdendo este espaço na medida em que vilas e cidades eram criadas e se desenvolviam na região (a exemplo de Pouso Alto, Campanha, Baependi, etc). Estes povos viviam há milhares de anos na região hoje correspondente ao sul de Minas, como pode ser atestado nas marcas deixadas em diversos lugares, podendo ser exemplificadas as pinturas e objetos de cerâmica encontrados em Andrelândia (classificados como integrantes da Tradição Rupestre São Francisco e Tradição Ceramista Tupiguarani). Aliás, utilizar o verbo "viver" no passado chega a ser um equívoco se pensarmos que, de acordo com o Censo de 2010, nos 155 municípios que compõem o sul de Minas vivem 1950 indivíduos autodeclarados indígenas. No território hoje pertencente ao município sul-mineiro de Virgínia, a presença indígena ainda podia ser notada até meados do século XX (conforme relatos de moradores da região), embora já desde o século XIX o local testemunhasse a assimilação do elemento indígena em mestiçagem com as primeiras famílias que chegaram a Virgínia. Fazendo uso de pesquisa documental (recorrendo a arquivos espalhados pelo sul de Minas, especialmente em Virgínia e Campanha, além de arquivos digitalizados presentes em sites especializados, como o Arquivo Público Mineiro e outros) e de relatos orais recolhidos junto a moradores do município virginense, esta pesquisa traz os primeiros resultados que resgatam a presença indígena no município de Virgínia, tanto nas histórias envolvendo indígenas locais a partir do século XIX como nas constatações a respeito da herança indígena presente na sociedade virginense, além das poucas informações anteriores ao século XX que dão pistas para desvelarmos a presença indígena em solo hoje virginense. A herança indígena perceptível entre a sociedade virginense abrange principalmente nomes indígenas utilizados geograficamente (nomeando bairros, rios, etc) e costumes adquiridos a partir do contato entre o colonizador e o indígena. Estes primeiros resultados propiciarão a organização dos próximos passos da pesquisa, para que se recomponha ao máximo o passado indígena virginense e a partir daí se possa contribuir para o resgate da história e da cultura de pequenas localidades sul-mineiras.

PALAVRAS-CHAVE: Virgínia. Indígenas. Resgate.

* Pós-graduando em História Afro-Brasileira e Indígena pela Uninter; Pós-graduado em Metodologia do Ensino de História e Geografia pela Universidade Barão de Mauá; Graduado em História pela Universidade de Franca e em Normal Superior pela Universidade Presidente Antônio Carlos. E-mail: virginenseuchoas@bol.com.br

INTRODUÇÃO

A partir do século XVI, com a colonização portuguesa, os povos indígenas sofreriam grandes transformações culturais, históricas e sociais. Na medida em que os portugueses avançavam sobre o interior do Brasil, iam entrando em contato com etnias e grupos tão diferentes entre si que hoje não dá para aceitarmos nenhum tipo de uniformização ou simplificação no estudo ou ensino a respeito dos indígenas.

Foi no século XVII que começou a haver uma maior penetração colonizadora na região onde hoje é o sul de Minas Gerais. Rodrigues (2003) destaca que a expedição de Fernão Dias Paes Leme deu início ao processo de ocupação da região sul-mineira, intensificada pela descoberta de ouro na primeira metade do século XVIII. À época, portugueses e paulistas que vinham em busca de metais preciosos se depararam com populações indígenas de várias etnias, que eram culturalmente diferentes entre si e viriam a sofrer os impactos da colonização, porém deixaram marcas que hoje permitem aos estudiosos construir e desconstruir em torno delas conceitos e ideias que nos ajudam a compreender como viviam e se relacionavam.

O presente trabalho foca-se no que, até agora, é possível analisar sobre a presença dos índios no município de Virgínia, encravado na Serra da Mantiqueira e hidrograficamente pertencente à bacia do Rio Verde. A ausência de estudos sobre Virgínia sob o prisma da presença indígena em seu território¹ torna este trabalho um pontapé inicial para que futuros estudos e análises sejam desenvolvidos na região. Diversos questionamentos para o estudo dos indígenas em Virgínia se fazem pertinentes: Quem são estes indígenas? Como se organizavam social, econômica e culturalmente? Que importância tem o resgate da história indígena para Virgínia e desta para o sul de Minas?

¹ Em 20 anos de pesquisas a respeito do município virginense, o autor deste artigo quase sempre encontrou registros que contemplam a história de Virgínia a partir de 1856, data da fundação do distrito onde hoje é a sede municipal. Referente ao período anterior a 1856, só foram encontrados, nestes anos de pesquisa, menções a recebedores de sesmarias no início do século XVIII e poucas informações populacionais do início do século XIX.

Para pesquisar a presença indígena na atual Virgínia, porém, foi necessário pesquisar também o passado indígena em outras localidades do sul de Minas, especialmente nos municípios que compõem o Circuito das Terras Altas da Mantiqueira² e os que compõem a bacia do rio Verde. Esta busca pelo panorama da situação indígena regional é importante para contextualização, compreensão e dimensionamento das dinâmicas sociais indígenas ocorridas em Virgínia. Para tal entendimento e contextualização da presença indígena na bacia do rio Verde, foram realizadas pesquisas principalmente no Museu Regional do Sul de Minas (Campanha) e no Museu Municipal de Varginha. A pesquisa se deu através da análise de peças indígenas e dos relatos fornecidos pelos museus como informações a seus visitantes.

Além da pesquisa em museus, também são importantes as pesquisas documentais, em especial nos arquivos paroquiais de Virgínia e as obras que falam da história sul-mineira, em especial as que compõem o acervo do Centro de Estudos Campanhense Monsenhor Lefort, na cidade da Campanha, e da Biblioteca Pública Municipal em Varginha. Merece destaque também o acervo documental do Arquivo Público Mineiro, pesquisado tanto *in loco* quanto em seu *site*.

Outra importante fonte para a pesquisa são os relatos orais coletados principalmente em Virgínia. Preenchendo lacunas deixadas pela falta de registros escritos ou materiais a respeito dos indígenas em território virginense, estes relatos também são importantes no contexto de valorização da história oral como fonte de pesquisa histórica. Thompson (1992) fixa algumas regras básicas para a metodologia da história oral, dentre elas a prioridade a entrevistas com pessoas de mais idade, a condução da entrevista com naturalidade e de preferência na casa do entrevistado e o respeito ao tempo (não demorar muito com o entrevistado).

Quando se trata do relato oral como uma fonte de pesquisa, é preciso atentar (como foi feito neste estudo) para o caráter subjetivo e romantizado a qual se expõe o pesquisador, principalmente quando este tem alguma relação extra-acadêmica com o local pesquisado (seja ela uma relação familiar ou sentimental ou em qualquer outro nível). Correa (2002) aponta este problema como algo ainda frequente quando se fala em história local no Brasil,

² O Circuito hoje integra, além de Virgínia, os municípios de Aiuruoca, Alagoa, Itamonte, Itanhandu, Passa Quatro, Pouso Alto e São Sebastião do Rio Verde.

apresentando ainda outros problemas como transformação da narrativa histórica em meros resultados biográficos referentes a algumas pessoas ou grupos familiares de destaque no local pesquisado, além do uso inadequado de fontes e a hipervalorização de características comunitárias.

No primeiro capítulo deste trabalho, “Presença indígena no sul de Minas”, é explorada de forma sucinta a tradição histórica sobre os indígenas das Terras Altas da Mantiqueira e do vale do Rio Verde. O segundo capítulo, “Tradições rupestres e ceramistas”, traz uma rápida explanação a respeito das produções rupestres e de cerâmica dos povos indígenas sul-mineiros, baseada na classificação de André Prous (1992) e exemplificando com o que já se tem descoberto no município sul-mineiro de Andrelândia. No terceiro capítulo, “Rastros indígenas em Virgínia”, faz-se um apanhado dos resultados desta pesquisa com o que já é possível dizer a respeito dos indígenas que viveram no atual território de Virgínia³. O quarto capítulo, “Marcas indígenas na Virgínia atual”, debate o processo de absorção da cultura indígena através de hábitos, costumes e vocábulos presentes no cotidiano virginense, além de discutir questões importantes para pensar a presença indígena local, como, por exemplo, o reconhecimento desta presença da parte da população virginense.

As considerações finais trazem, além dos resultados da pesquisa até então, possibilidades para que posteriores pesquisas aprofundem o tema da questão indígena não só em Virgínia, mas em outros municípios do interior, resgatando assim a memória das pequenas cidades e contribuindo para que as pessoas se entendam como agentes da história e não meras espectadoras.

1. PRESENÇA INDÍGENA NO SUL DE MINAS

A região sul de Minas Gerais teve colonização mais tardia do que o litoral brasileiro. Segundo Paranhos (2005), os primeiros arraiais teriam se estabelecido na região em 1675, embora desde o final do século XVI expedições tenham passado por ali. Até então, viviam no sul de Minas apenas índios de várias etnias.

³ Nos últimos dois séculos, o território virginense sofreu alterações que serão levadas em conta neste estudo e oportunamente apresentadas.

Dentre as populações indígenas sul-mineiras, podemos destacar os Puris. Segundo Aguiar (2011), os Puris eram descendentes dos Goitacás que viviam no litoral norte do Rio de Janeiro e sua língua seria do tronco Macro-Jê. Aguiar cita os relatos de Eschwege para explicar que “puri” é uma palavra que existia na língua dos índios Coroados, significando “homens ousados”. Os Puris habitavam vários pontos do sul de Minas. A Prefeitura Municipal de Cristina, por exemplo, aponta que havia núcleos Puris na região do Sertão da Pedra Branca (atual município de Pedralva).

Os rastros dos Puris e de povos indígenas anteriores a colonização portuguesa aparecem em diversas localidades sul-mineiras. Em Varginha, por exemplo, o Museu Municipal guarda objetos pertencentes a aldeias que existiam principalmente na atual Fazenda dos Tachos e arredores. São principalmente cachimbos, pedras polidas e urnas funerárias datadas entre 1500 e 1700. O Museu informa que as peças foram feitas por índios Cataguás.

Paula (1966) traz um panorama detalhado sobre os índios que habitavam a região sul-mineira: Cataguás (que, segundo o autor, significa “gente boa”); Abatinguaras, na região de confluência dos rios Grande e Sapucaí (o nome significa “devoradores de gente branca”); Mandiboias, na região do rio Verde (o nome do povo significaria “os cobra enrolados”); Moropaks, na região do rio Sapucaí (o nome do povo significaria “gente esperta”); Lopo, Guanhões, Caxinés, Puri-mirins e Mariquilás, todos nas elevações da Serra da Mantiqueira.

Todos estes povos indígenas passaram a ter contato mais direto com o colonizador a partir do século XVII. Em 1676, Lourenço Castanho Jacques e sua bandeira vencem os índios Cataguás na região onde hoje, segundo o IBGE (2013), se encontra o município de Cristais. Na mesma época, segundo Vilela, o bandeirante Matias Cardoso de Almeida, a frente de uma expedição de caça a índios, passa a Garganta do Embaú, atravessa os rios Passa Quatro e Capivari e se estabelece provisoriamente onde hoje é o município de Pouso Alto.

Casadei e Casadei (1989) fazem uma relação de registros de batismo de indígenas tirados dos arquivos da paróquia Santa Maria, em Baependi. Nos registros mencionados (tirados do livro número 1, de 1723 a 1745), consta a palavra “carijó” para referir-se aos indígenas. A palavra “carijó”, segundo Bueno (1999), significa “descendente dos anciãos”. Casadei e Casadei ainda mencionam registros de casamentos entre índios e africanos na região da Campanha (a cidade mais antiga do sul de Minas) a partir do século XVIII.

Atualmente, a presença indígena no sul de Minas é reduzida. Tendo como exemplo a microrregião de Itajubá, onde encontra-se o município de Virgínia, assim encontra-se a presença indígena de acordo com o censo do IBGE de 2010:

Município	Indígenas
Brasópolis	3
Consolação	0
Cristina	1
Delfim Moreira	6

Dom Viçoso	0
Itajubá	41
Maria da Fé	2
Marmelópolis	0
Paraisópolis	21

Piranguçu	0
Piranguinho	6
Virgínia	0
Wenceslau Bráz	0

FONTE: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Mapas – Indígenas*. Disponível em: <<http://indigenas.ibge.gov.br/pt/mapas-indigenas-2>> Acesso em: 28.dez.2014.

Considerando os critérios turístico e geográfico, o município de Virgínia faz parte do Circuito das Terras Altas da Mantiqueira, que, de acordo com o censo de 2010 realizado pelo IBGE, apresenta a seguinte situação de presença indígena:

Município	Indígenas
Aiuruoca	8
Alagoa	0
Itamonte	9

Itanhandu	1
Passa Quatro	8
Pouso Alto	3
São Sebastião do	0

Rio Verde	
Virgínia	0

FONTE: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Mapas – Indígenas*. Disponível em: <<http://indigenas.ibge.gov.br/pt/mapas-indigenas-2>> Acesso em: 28.dez.2014.

Fora da microrregião de Itajubá e do Circuito das Terras Altas da Mantiqueira, encontramos a única reserva indígena sul-mineira, no município de Caldas, onde vivem índios da etnia Xucuru-cariri. Na verdade, esta etnia é originária do estado de Alagoas, mas, segundo Franco (2013), estabeleceu-se em Caldas no ano de 2001, em acordo com a FUNAI.



FIGURA 1: Mapa de Minas Gerais mostrando, em vermelho, a Microrregião de Itajubá.

FONTE: WIKIPÉDIA. *Microrregião de Itajubá*. Disponível em: <

https://pt.wikipedia.org/wiki/Microrregião_de_Itajubá#/media/File:MinasGerais_Micro_Itajubá.svg> Acesso em: 05.mai.2015.



FIGURA 2: Mapa do Circuito das Terras Altas da Mantiqueira.

FONTE: CIDADES DE MINAS GERAIS. *Circuito Terras Altas da Mantiqueira*. Disponível em:

<<http://www.cidadesdeminasgerais.com/circuito-turistico-terras-altas-da-mantiqueira/>> Acesso em 05.mai.2015. Publicado em 2011.

2. TRADIÇÕES RUPESTRES E CERAMISTAS

André Prous (1992), ao abordar as tradições rupestres no Brasil, dividiu-as em oito: Meridional, Litorânea Catarinense, Geométrica, Planalto, Nordeste, Agreste, São Francisco e Amazônicas; e sobre as tradições ceramistas, distingue tradições como as Amazônicas, as Tupiguaranis e as do Planalto Central. Nesta explanação sobre a presença indígena no sul de Minas focalizando o município de Virgínia, interessa-nos deter um pouco na Tradição Rupestre São Francisco, a qual pertence a arte indígena da região de Andrelândia, e a Tradição Ceramista Tupiguarani.

Pereira (2013) descreve as características das pinturas rupestres de Andrelândia relacionando-as às características da Tradição São Francisco. Ao autor intriga o fato de Andrelândia, mesmo estando distante do rio São Francisco, ter pinturas com traços desta tradição. A conclusão de Pereira é de que houve um processo migratório onde populações que antes viviam próximas ao rio São Francisco teriam acompanhado outros rios até chegarem onde hoje é Andrelândia. As pinturas do lugar, segundo Pereira, representam principalmente animais e figuras geométricas, tanto monocromáticos quanto policromáticos (com muito uso de vermelho e branco nas representações).

Andrelândia também tem vestígios da Tradição Ceramista Tupiguarani. Segundo o Núcleo de Pesquisa Arqueológica do Alto Rio Grande (2012), em Andrelândia é possível encontrar utensílios para uso doméstico e pessoal, utensílios para sepultamento dos mortos e cerâmicas pintadas em vermelho e branco. Tais objetos também podem ser encontrados em outros lugares do sul de Minas Gerais, como, por exemplo, os instrumentos de pedra e cachimbos presentes no Museu Regional do Sul de Minas, em Campanha, e os objetos (cachimbos, instrumentos de pedra e vasos funerários) expostos no Museu Municipal de Varginha.

3. RASTROS INDÍGENAS EM VIRGÍNIA

Depois de analisarmos a presença indígena em território sul-mineiro e as tradições rupestres e cerâmicas que registram esta presença, passamos a analisar especificamente os indígenas no município de Virgínia. Como já foi dito neste estudo, até hoje não houve pesquisas que abrangessem o elemento indígena virginense, fazendo com que este estudo seja pioneiro, o que aumenta a responsabilidade do pesquisador, visto que deve oferecer uma base de subsídios para estudos posteriores. Também foi dito que estão sendo apresentados os primeiros resultados, fazendo saber que a pesquisa terá continuidade, seja para preencher lacunas ou para sedimentar melhor as bases, confirmando e expandindo as informações e sua veracidade ou contestando as mesmas.

Uma característica da presença indígena no município de Virgínia são as histórias de índios capturados a laço. Segundo Fontana (2014), proprietários de terra nas regiões virginenses conhecidas como Grotão e Caeté chegavam a fazer armadilhas com alimentos

para capturar principalmente índias, na primeira metade do século XX. Ainda segundo ela, há vestígios de habitação indígena próxima a Pedra da Rachadura, ponto da zona rural virginense nos arredores do bairro Caetê, onde índios eram capturados. Os tais vestígios seriam principalmente pedras dispostas em círculo⁴.

Outro sinal de presença indígena em território virginense está relacionado a origem do bairro rural Marques. Um documento da Prefeitura de Virgínia (s/d) contém relato feito pelo senhor Domingos Pereira, morador do bairro Marques, a respeito das origens do local. Segundo o relato, havia ali um agrupamento indígena no século XIX, conhecido como “Fortaleza dos Marques”.

Ainda sobre a origem do bairro Marques, relatos foram obtidos também a base de pesquisa com história oral. Matos e Senna (2011:96) dizem que a história oral “centra-se na memória humana e sua capacidade de rememorar o passado enquanto testemunha do vivido”. Assim, foi entrevistado por mim o mesmo morador do bairro Marques cujo relato das origens do local se encontra em documento da Prefeitura de Virgínia. Pereira (2015) relatou que, em sua infância (década de 1920), havia no bairro em que vivia um indígena conhecido como Zeca Marques, que no fim da vida estava cego e tendo de cuidar de duas filhas que não falavam. Além dele, havia outros indígenas na região, principalmente com os sobrenomes Marques (que seria depois o nome dado ao bairro) e Honório⁵. Ainda segundo Pereira, havia um grande histórico de violência e mortes entre os indígenas do atual bairro Marques, inclusive um grupo que recebia pessoas a flechadas. A situação teria se transformado na medida em que famílias brancas foram assentadas no local, tendo as autoridades políticas de Virgínia dividido as terras entre as famílias indígenas e as brancas, além de fazer a lei ser executada em relação aos que agiam violentamente. Aos poucos, os indígenas do bairro Marques tiveram dois destinos: ou foram embora para outras localidades ou se misturaram às famílias brancas, de modo que ainda hoje é possível encontrar no local pessoas com traços indígenas.

⁴ O pesquisador esteve impossibilitado de conferir a informação indo ao local indicado, ficando esta tarefa para a continuidade posterior da pesquisa.

⁵ O avô de Domingos Pereira era um português chamado Manoel Pereira, que chegou ainda solteiro em Virgínia e casou-se com uma indígena da família Honório.

O relato descrito acima traz alguns pontos a serem melhor analisados. O primeiro deles refere-se aos sobrenomes adotados por famílias indígenas no atual bairro Marques. Sendo, por exemplo, o sobrenome Honório etimologicamente de origem latina, não é difícil compreender que já havia um contato entre os indígenas da região e as primeiras famílias brancas (de ascendência europeia) que chegaram ao que hoje é o município de Virgínia. No entanto, quando iniciou este contato? É algo ainda a ser pesquisado.

Outro ponto a ser analisado tange à própria condução do relato no que diz respeito a uma "moralização" do local: havia violências envolvendo os indígenas, então veio a lei do "homem branco" e a situação foi apaziguada. Claro que devemos considerar a subjetividade do relato e de quem o faz, sendo estes compostos por circunstâncias históricas e formativas próprias, ou seja, quem relata aborda seu ponto de vista baseado no que viveu e no que recebeu como formação de mentalidades. Mesmo assim, cabe a nós questionar: até que ponto as violências eram próprias dos indígenas no bairro Marques? Tais violências não podem ter partido também dos colonos brancos que chegaram ao local? Que mentalidades e circunstâncias podem ter impulsionado este histórico de violências entre indígenas e brancos? A lei realmente apaziguou a situação? Aliás, a lei atenuou a situação a favor de quem? Todos estes questionamentos merecem atenção no decorrer das pesquisas e análises sobre a situação dos indígenas em Virgínia.

No processo de pesquisa realizado até agora, foram analisados os dois primeiros livros de registros de batismo da paróquia virginense. Ambos os livros, arquivados na Cúria Diocesana em Campanha, abrangem o período de 1861 a 1898, e em seu primeiro registro aparece a palavra "parda", tendo aí uma possível relação com vestígios de população indígena em Virgínia no século XIX. O registro diz o seguinte (PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO, 1861-1879):

Aos 21 de Jan^o de 1861, na capella de N. Senhora da Conceição da Virgínia, baptizei e pus os S. Óleos a innocente Olímpia, parda, filha leg^{ma} de Fran^{co} Luiz Soares e Francisca M^a de Jesus, com 3 meses, sendo Padr^{os} Serafim José de Lima e Maria Ig^{cia} de Jesus.

O P^o Custódio d’Ol^a Monte-Raso⁶.

Há um problema neste registro de batismo: como saber se a palavra “parda” refere-se a uma indígena? A referida palavra, no século XIX, tanto podia ser sinônimo de “mestiço” ou “mulato”, segundo Bezerra (2010), como também poderia se referir aos indígenas, segundo Teixeira (2013). Se nos fiarmos à primeira associação (pardo – mestiço), a menção à cor parda no registro de batismo acima citado pode indicar a assimilação do elemento indígena à sociedade branca que se desenvolvia em Virgínia, através da miscigenação; se atentarmos para a segunda associação (pardo – indígena), então a menção à cor parda ainda é um indício desta assimilação, dados os nomes tipicamente portugueses dos pais de Olímpia e levando-se também em conta o fato deste registro estar ligado a um ritual católico.

4. MARCAS INDÍGENAS NA VIRGÍNIA ATUAL

O elemento indígena, miscigenado com os elementos branco e africano no processo formativo da população virginense, sobrevive no município de Virgínia através de diversas características territoriais e populacionais. A primeira delas refere-se a nomes geográficos de origem indígena. Exemplificaremos com três nomes: Caetê, Muquém e Jacu.

Caetê significa “mata virgem” em tupi (Barbosa, 1995). No caso de Virgínia, o nome é dado ao rio que nasce na zona rural, cortando Virgínia e São Sebastião do Rio Verde até desaguar no rio que dá nome a esta última cidade. Também é o nome de um bairro rural próximo a nascente do referido rio. Segundo a Prefeitura de Virgínia, o bairro Caetê tinha 100 habitantes em 2008. Já a palavra Muquém significa “carne preparada sobre uma grelha” em tupi (Origem da Palavra, 2012). O nome é dado a um córrego e a um bairro cortado pelo mesmo. Segundo a Prefeitura de Virgínia, o bairro Muquém tinha, em 2008, 92 habitantes. E a palavra Jacu vem do tupi *yaku* (Dicionário Tupi-guarani, s/d), sendo o nome dado a uma espécie de pássaro. Em Virgínia, Jacu era o antigo nome do atual bairro rural Serra Verde, que, segundo a Prefeitura de Virgínia, tinha 131 habitantes em 2008.

⁶ Na ortografia atual: “Aos 21 de janeiro de 1861, na capela de Nossa Senhora da Conceição da Virgínia, batizei e pus os santos óleos a inocente Olímpia, parda, filha legítima de Francisco Luiz Soares e Francisca Maria de Jesus, com 3 meses, sendo padrinhos Serafim José de Lima e Maria Ignácia de Jesus. O Padre Custódio de Oliveira Monte-Raso”.



FIGURA 7: Mapa de Virgínia que se encontra no Centro Cultural da cidade (a indicação do rio Caeté foi feita por este pesquisador).

FONTE: Gustavo Uchôas Guimarães (24/12/2014).

Voltando ao nome Caeté, é importante destacar que este nome aparece como referência ao rio virginense desde o século XVIII, conforme atesta Carrara (1999), segundo o qual o português João de Toledo e Pisa Castelhanos recebeu como sesmaria, em 1710, as terras “ao pé da Mantiqueira, para além da banda de lá da paragem chamada Caatheica, pelo caminho para as minas”. Sobre quem deu o nome de Caatheica à região, tanto se pode imaginar que foram os primeiros colonizadores (portugueses e paulistas) em referência à característica da vegetação local como também se pode imaginar que foram os próprios indígenas que viviam nos arredores das matas virgens. Aliás, o caráter inexplorado das matas teria sido, de acordo com a tradição local, o motivo da escolha do nome “Virgínia” quando da construção da primeira capela, em meados do século XIX.

Outros aspectos que remontam à influência indígena em Virgínia fazem parte do cotidiano e do modo de vida de sua população. Um destes aspectos é a fala, com várias características do dialeto caipira. Segundo Natali (2001), o dialeto agrega contribuições portuguesas e indígenas em seus modos de falar, vindo a se formar a partir das bandeiras do século XVII e se espalhando principalmente pelo interior de São Paulo, de Minas Gerais e do Centro-Oeste brasileiro. Em Virgínia, vemos características do dialeto caipira em pessoas (principalmente moradores da zona rural) que usam o “r” retroflexo (ou seja, “puxam” o “r” no meio das palavras) e também usam o rotacismo (troca do “l” por “r”), além de suprimirem consoantes finais (como nos verbos no infinitivo ou nos plurais) e trocarem o “lh” por “i”.

Também percebe-se influência indígena no sistema de plantio praticado especialmente pelos pequenos agricultores virginenses, que muitas vezes arrancam o mato ou árvores através da capina ou da queimada para depois iniciarem as plantações.

Além das considerações acima, atestando as marcas indígenas na vida virginense, há que se considerar um outro importante fator para pensarmos a presença indígena na região e as marcas no cotidiano virginense atual: o reconhecimento desta presença. Com as informações levantadas e analisadas até agora, é possível dizer que o elemento indígena em território virginense sofreu um processo de negação da parte do poder público municipal e de publicações regionais. Tal fenômeno, quando vindo do poder público, pode ser percebido na elaboração do resumo histórico de Virgínia (SILVA, 1927), que sequer menciona a presença indígena local. Ou ainda, em se tratando de publicações regionais, a negação do indígena pode ser exemplificada pela ausência de menções no *Almanach Sul-Mineiro* (VEIGA, 1874; 1884). Em um e outro caso, a ausência de menções aos indígenas se dá a despeito da evidente presença (conforme o exposto ao longo desta pesquisa). Esta negação vai se refletir na porção da população virginense, que, com o passar do tempo, não mais reconhece a presença indígena como atuante em território virginense e componente da formação social do município.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da história virginense muitas vezes ser contada apenas a partir da construção de sua capela central (Guimarães, 2014), é importante resgatar o máximo possível da história anterior aos meados do séculos XIX, incentivando as pesquisas documentais e de campo e divulgando todo conhecimento produzido a respeito do município. E um dos aspectos mais relevantes a serem resgatados é a presença indígena na região, para que não seja esquecida ou negada e para que contribua tanto ao meio acadêmico quanto aos próprios habitantes de Virgínia.

As marcas indígenas em Virgínia são documentadas desde o início do século XVIII, embora se saiba da presença de colonizadores (portugueses e paulistas) muito tempo antes. E estas marcas indígenas virginenses estão dentro do contexto da presença de índios de várias etnias na região sul-mineira, como podemos observar através dos registros escritos e daquilo

que os próprios indígenas deixaram. E até hoje, os arredores de Virgínia ainda têm habitantes que se declaram indígenas, o que constitui uma resistente resposta àqueles que se referem aos índios como algo do passado e já extinto.

Dar continuidade a esta pesquisa e fomentar novas iniciativas a nível regional certamente podem contribuir para que os estudos sobre os povos indígenas sejam ainda mais eficazes e capazes de oferecer-nos luzes que nos ajudem a olhar melhor aos indígenas que até hoje lutam por seus direitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, José Otávio. *Quem eram os índios puri-coroado da mata central de Minas Gerais no início dos oitocentos? Contribuições dos relatos de Eschwege e Freyreiss para uma polêmica (1813-1836)*. Revista *Mosaico*, v. 4, nº 2, pág. 197-211, jul./dez.2011. Disponível em: <<http://seer.ucg.br/index.php/mosaico/article/view/2382/1468>> Acesso em: 05.jan.2015.

AMANTINO, Márcia Sueli. *O mundo das feras: os moradores do sertão oeste de Minas Gerais – século XVIII*. Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www1.capes.gov.br/teses/pt/teseamantino-pt.pdf>> Acesso em: 13.jun.2015. Aprovado em 2001.

AUTOR DESCONHECIDO. *Origem do bairro Marques*. s/d. Pertencente a Carlos André Uchôas.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995.

BEZERRA, Janaína Santos. *Marcados pelo sangue: os Pardos de Pernambuco e a luta por inclusão social no espaço colonial (XVIII)*. Disponível em: <<http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=historiadores&id=54>> Acesso em: 14.jun.2015. Atualizado em: 10.ago.2010.

BUENO, Eduardo. *Capitães do Brasil: a saga dos primeiros colonizadores*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1999. Pág. 58.

CARRARA, Ângelo Alves. *Contribuição para a História agrária de Minas Gerais – séculos XVIII e XIX*. Mariana: UFOP, 1999. Pág. 40. Série Estudos – 1, Núcleo de História Econômica e Demográfica, Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto.

CASADEI, Thalita de Oliveira; CASADEI, Antônio. *Aspectos históricos da cidade da Campanha*. Petrópolis: Editora Gráfica Jornal da Cidade, 1989. Pág. 29-34.

CORREA, Sílvio Marcus de Souza. *História local e seu devir historiográfico*. Revista *Métis: história e cultura*, vol. 2, nº 2, 2002. Disponível em: <<http://ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/viewArticle/1084>> Acesso em: 05.jan.2014.

DICIONÁRIO TUPI-GUARANI. *Jacu*. Disponível em: <<http://www.dicionariotupiguarani.com.br/dicionario/jacu-2/>> Acesso em: 14.jun.2015.

FONTANA, Ana Luiza. *Relato oral feito a Gustavo Uchôas Guimarães*. Virgínia, 16.nov.2014.

FRANCO, Caetano Lucas Borges. *Territórios e identidades: dinâmicas socioespaciais dos índios Xucuru-kariri residentes em Caldas – MG*. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal de Alfenas. Disponível em: <<http://www.unifal-mg.edu.br/geografia/sites/default/files/caetano.pdf>> Acesso em: 13.jun.2015. Publicado em 2013.

GUIMARÃES, Gustavo Uchôas. *As origens do município de Virgínia no contexto sul-mineiro oitocentista*. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/as-origens-do-municipio-de-virginia-no-contexto-sul-mineiro-oitocentista/126593/>> Acesso em: 14.jun.2015. Publicado em: 04.nov.2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Cristais – Histórico*. Disponível em: <http://ibge.gov.br/cidadesat/painel/historico.php?codmun=312020&search=minas-gerais%7Cristais%7Cinfograficos:-historico&lang=_ES> Acesso em: 05.jun.2015. Publicado em 2013.

MATOS, Júlia Silveira; SENNA, Adriana Kivanski de. *História oral como fonte: problemas e métodos*. Revista *Historiae*, Rio Grande, v. 2, nº 1, 2011, p. 95-108. Disponível em: <www.seer.furg.br/hist/article/download/2395/1286> Acesso em: 24.set.2015.

MORAIS, João Carlos Lima de. *Cultura tupiguarani em Alagoas: levantamento inicial da distribuição de sítios arqueológicos da Tradição Ceramista Tupi em terras alagoanas*. Revista *Crítica Histórica*, Maceió, ano IV, nº 7, jul.2013. Disponível em: <<http://www.revista.ufal.br/criticahistorica/attachments/article/173/CULTURA%20TUPIGUARANI%20EM%20ALAGOAS%20Levantamento%20inicial%20da%20distribui%C3%A7%C3%A3o%20de%20s%C3%ADTIOS%20arqueol%C3%B3gicos%20da%20Tradi%C3%A7%C3%A3o%20Ceramista%20Tupi%20em%20terras%20alagoanas..pdf>> Acesso em: 13.jun.2015.

NATALI, Adriana. *O caipira da capital*. Revista *Língua Portuguesa*, São Paulo, nº 65, dez.2011. Disponível em: <<http://revistalingua.com.br/textos/65/artigo249050-1.asp>> Acesso em: 12.mai.2015.

NÚCLEO DE PESQUISA ARQUEOLÓGICA DO ALTO RIO GRANDE. *Vestígios arqueológicos*. Disponível em: <http://www.npa.org.br/npa_vestigios.php> Acesso em: 13.jun.2015. Publicado em 2012.

ORIGEM DA PALAVRA. *Moqué*. Disponível em: <<http://origemdapalavra.com.br/site/pergunta/moquem/>> Acesso em: 14.jun.2015. Publicado em: 18.out.2012.

PARANHOS, Paulo. *Primeiros núcleos populacionais no Sul das Minas Gerais*. Revista *Histórica*, São Paulo, nº 3, 01.dez.2005. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao07/materia03/>> Acesso em: 05.jun.2015.

PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO (VIRGÍNIA). *Livro de batismo*. 1861-1879.

PAULA, Alcibíades Viana de. *Primeiros habitantes de Varginha*. Revista da Associação Médica de Minas Gerais, v. 18, 21.nov.1966.

PEREIRA, Domingos. *Relato oral feito a Gustavo Uchôas Guimarães*. Virgínia, 13.out.2014.

PEREIRA, Márcio Mota. *Notas sobre um sítio arqueológico deslocado: as pinturas rupestres São-Franciscanas de Andrelândia, sul de Minas Gerais*. Revista *Tarairiú*, Campina Grande, ano IV, vol. I, nº 6, jun.2013, pág. 26-39. Disponível em: <http://www.npa.org.br/doc/notas_sitio_arqueologico.pdf> Acesso em: 13.mai.2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISTINA. *História de Cristina*. Disponível em: <<http://cristina.mg.gov.br/historia-de-cristina/>> Acesso em: 05.jun.2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIRGÍNIA. *Origem do bairro Marques*. s/d. Relato feito por Domingos Pereira.

_____. *Plano de inventário*. Abr.2008.

PROUS, André. *Arqueologia brasileira*. Brasília: UNB, 1992.

PROUS, André (e PIMENTEL, Lúcia Gouvêa – orientações pedagógicas). *Arte pré-histórica do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. C/Arte, 2007.

RODRIGUES, André Figueiredo. *Os sertões proibidos da Mantiqueira: desbravamento, ocupação da terra e as observações do governador dom Rodrigo José de Meneses*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 23, nº 46, p. 253-270, 2003. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882003000200011&script=sci_arttext> Acesso em: 29.dez.2014.

SELAU, Maurício da Silva. *História oral: uma metodologia para o trabalho com fontes orais*. Revista *Esboços*, UFSC, v. 11, nº 11, 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/486/9887>> Acesso em: 24.set.2015.

SILVA, José Alfredo. *Quadro Histórico Chorográfico do Município de Virgínia*. 20 de setembro de 1927. Uma página. Distribuído pelo antigo Grupo Escolar Delfim Moreira, hoje Escola Estadual de mesmo nome.

TEIXEIRA, Luana. *Integrados à massa da população: índios e a categoria “pardo” nas contagens populacionais do Império*. Disponível em: <<http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos.6/luanateixeira.pdf>> Acesso em: 14.jun.2015. 6º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, Universidade Federal de Santa Catarina, 15 a 18.mai.2013.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanach Sul-Mineiro*. Campanha: Monitor Sul-mineiro, 1874.

_____. *Almanach Sul-Mineiro*. Campanha: Monitor Sul-mineiro, 1884.

VILELA, Luiz Alexandre Guimarães. *Pouso Alto – Relicário da história de Minas, sentinela da legalidade*. Disponível em: <<http://www.pousoalto.net/relicario.htm>> Acesso em: 21.dez.2014.